

MULHER E VIOLÊNCIA EM TAUBATÉ – 1803 Á 1883

1 - Anderson Silva Cabral/ 2 - Profa. Dra. Maria Aparecida C. R. Papali

1 - UNIVAP – Universidade do Vale do Paraíba - Curso de História, Av. Salinas, no. 3544 – Apto 419 – SJCampos/SP, cabraljsk1@uol.com.br

⁴ - UNIVAP/História, IP&D – Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica Rua: Shishima Hifume n. 2911 Urbanova S.J.Campos SP. papali@univap.br

Resumo- A partir do trabalho de catalogação dos Processos dos Crimes de Taubaté, ocorridos no período de 1803 a 1883, pudemos observar diversos momentos em que a mulher aparece nesses processos, quer como vítima, quer como agente ativo na sociedade. Por meio da análise dessas fontes primárias, tentaremos entender a figura da mulher dentro dessa sociedade em que ela vivia. A intenção, com este artigo, é levantar a questão tomando como base a “violência” aplicada sobre a mulher e a forma como esta mulher articulava para se manter dentro desta sociedade.

Palavras-chave: Mulher – violência -Processos Crimes

Área do Conhecimento: VII Ciências Humanas

Introdução

Percebemos ao longo do trabalho que estávamos realizando no Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica, a partir da catalogação de Processos Crimes no período de 1803 á 1883, da cidade de Taubaté, uma considerável quantidade de fontes primárias que apontavam a mulher como personagem dentro dos processos.

O que nos chamou a atenção foi a forma, muitas vezes violenta, em que essa mulher era colocada ou até mesmo tratada.

Consideramos então, que a ação da mulher tomando como base esta “violência”, teria muito a dizer sobre a própria mulher e a sociedade daquela época.

Através destas fontes primárias pretendemos traçar um perfil desta mulher, sua forma de articular, como se comportava e até que ponto este comportamento era voltado para o interesse da manutenção da moral desta sociedade e legitimação do poder do homem.

Materiais e Métodos

A partir do contato com nossa fonte primária, que neste caso estão sendo os Processos Crimes levantados na cidade de Taubaté no período de 1790 á 1900, tomando como base o período de 1803 á 1833, uma vez que ainda não acabamos de catalogar todo o material, conseguimos observar uma grande incidência de casos nos quais a mulher tem forte participação.

Ficamos tentados em analisar de uma maneira geral estes casos a fim de traçar um perfil da mulher e da sociedade de Taubaté dentro do período que será nosso objeto de estudo através

dos Processos crimes catalogados, ou seja, de 1803 a 1833.

Esse artigo não tem o objetivo de se aprofundar num período específico, mas sim fazer uma análise geral do período compreendido, abrindo espaço para trabalhos mais aprofundados que poderão vir posteriormente.

Á partir de diversas leituras que foram de fundamental importância para o entendimento da questão da violência contra a mulher e a forma como essa violência era aplicada, pudemos perceber que tais violências eram utilizadas de maneira muito diferentes, mesmo que a finalidade final fosse uma só: manter as mulheres afastadas das questões sociais e políticas e legitimar o poder social do homem.

A violência nem sempre era física. Na maioria das vezes ela era uma violência psicológica, “ Distinção social: ao homem cabia ser bom chefe de família mantendo o sustento e o controle de seus membros; as mulheres tinham um papel determinado pôr uma série de valores morais, traduzidos em numerosas proibições, assumindo assim uma figura de sexo frágil e submissa.” (SOTO, 2002: 467).

Outra fonte importante de informação foi entender os mecanismos da família nuclear no séc. XIX.

Para as famílias burguesas, fama, nome e moral eram valores indiscutíveis. Já para família pobre essa questão se articulava de outras formas

A mulher que não honrasse certos valores e regras perderiam sua reputação e acabariam com o nome da família, ou seja, a mulher era controlada sendo vítima de vigias constantes dos seus atos.

Para a mulher de classe alta ficava a violência diretamente ligada ao psicológico. Já para a mulher pobre esta agressão era fortemente física.

No setor psicológico, “Para as mulheres o “medo” apresentava dupla dimensão: vergonha da desonra e temor de represálias familiares” (SOTO, 2002: 470), neste caso o medo esta associado a perda da virgindade, que ao ocorrer colocava a mulher em uma situação de risco social e familiar. A virgindade da mulher era utilizada para conquista social através de casamentos arranjados.

“O valor e o prestígio de um sujeito de qualquer grupo social eram medidos em função do nome de sua família” (SOTO, 2002 483), sendo assim ficava aplicada na mulher a prática da conduta moral, que era despida de suas vontades e desejos, que era obrigada a abrir mão do seu sexo, que tinha de assumir o papel de mãe e dona-de-casa, além de cuidar da educação dos filhos.

No caso das mulheres pobres essa realidade se dá de maneira bem diferente.

Com a diferença de hábitos populares a partir da mudança do trabalho compulsório para o livre (1890/1920) ocorreu uma preocupação com a organização da família. Esta menção ocorre fora do período que estamos analisando através de nossas fontes primárias que já foram catalogadas até o momento, mas é interessante ressaltar tal fato, uma vez que compreende o séc. XIX e nos dá um perfil diferente das mulheres pobres em questão, sua forma de atuação na sociedade da época e sua diferenciação em relação as mulheres de classe alta.

Em seu texto “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”, Rachel Soihet, nos dá o perfil desta mulher pobre.

A autora coloca em seu trabalho a mulher como uma presença forte na constituição de sua família, sendo que em algumas vezes chegava até a sustentar sozinha esta família.

Disserta a autora que a mulher da época era analisada do ponto de vista médico, e assim tinha características que já eram próprias das mulheres, tais como sendo: frágeis, recatadas, afeição maior que a intelectualidade, subordinação da sexualidade à vocação maternal. Isso acaba remetendo a mulher submissão.

À partir da aceleração da urbanização ocorre um maior movimento da população pobre para a capital (São Paulo) em busca de mercado de trabalho. A mulher acaba assumindo trabalhos domésticos.

O casamento para a classe mais pobre era visto de uma maneira diferente do que a dos burgueses. Devido ao alto custo das despesas matrimoniais, as camadas pobres viviam em regime de concubinato.

Sendo assim, as mulheres pobres viviam menos protegidas e mais sujeitas a exploração sexual, já a vida familiar estava destinada às mulheres de camadas elevadas, onde a condição de “casada” detonava o comportamento irrepreensível da mulher desta classe.

A violência para as mulheres pobres ocorria de outra maneira, uma vez que o homem não assumia o papel mantenedor da família. A violência surgia de sua incapacidade de exercer poder sobre a mulher, ou seja, a violência era o reflexo de uma demonstração de fraqueza e impotência. Apesar disso as mulheres populares rebelavam-se, descaracterizando a mulher no sentido de submissão.

O que realmente diferenciava a mulher pobre da mulher rica era a independência econômica que a mulher pobre tinha em relação ao marido.

Com esta independência a mulher ganhava força e reagia a violência do marido chegando muitas vezes a abrir mão do matrimônio.

No caso das mulheres ricas a dependência financeira que tinham dos maridos as tornavam reféns, vítimas de uma violência psicológica.

No geral, a identidade sexual e social da mulher estava voltada a atender um sistema de dominação familiar e social.

Com isto fica claro o quadro da mulher dentro de uma sociedade que fazia uso dela, que manipula o “ser” em função de objetivos específicos.

Contudo, essa mulher, seja ela pobre ou rica teve sua participação na construção da sociedade brasileira e é a partir desta compreensão da questão levantada que vamos retomar a análise de nosso objeto de estudo que são as fontes primárias.

Através da análise das fontes primárias de Taubaté, foram encontrados dentro do período trabalhado, ou seja, de 1803 a 1883, 30 casos envolvendo mulheres, onde a maior incidência de violência contra a mulher ainda é a praticada pelo marido. Esta violência aparece em todo período com maior incidência entre os anos de 1855 à 1883. Encontramos também dentre estes documentos alguns casos de estupro contra menores, mas estes em menor quantidade. Casos de assassinato também aparecem neste período, mas não chegam a ocupar toda as fontes primárias analisadas, mas uma ocorrência maior destes assassinatos se dá entre os anos de 1882 e 1883. Através destas fontes percebemos que muito da violência aplicada contra a mulher ainda é a agressão física seja ela praticada pelo marido ou não, em alguns casos a mulher é acusada de furtos em outros é agredida por membros da própria família. Não consta nas fontes nada que discorra sobre a mulher rica da época e isso é até de certa forma compreensível em função desta classe tentar de todas as formas manter uma

aparência social, mesmo que no universo privado isto ocorresse de outra forma.

Identificamos em alguns casos várias agressões de estupro contra menores, que levaria a um estudo mais aprofundado da questão para uma análise mais detalhada da época, o que nos possibilitaria uma formulação melhor das idéias.

Como o período trabalhado ocorre antes da abolição da escravidão, observamos em alguns casos mulheres acusadas de esconder escravos fugidos, o que nos impele em procurar entender o porque destes casos e o porque da atitude desta mulher.

Discussão

A questão da mulher como figura participativa dentro de uma sociedade e no caso, a sociedade em questão é a do Brasil do séc. XIX, nos remete a uma análise aprofundada. A participação da mulher não esta em nada comparada aos moldes modernos de hoje, mas é claro que sem a ação das mulheres do séc.XIX talvez nossa realidade hoje fosse completamente diferente. Achamos interessante a abordagem da autora Maria Cristina Martinez Soto, que disserta sobre a mulher em um capítulo em seu livro especialmente dedicado a elas. Percebemos que ao discorrer sobre o assunto em seu livro a autora traça um perfil voltado para a família burguesa, e como a mulher desta classe era tratada pela violência que é a linha condutora deste artigo. Outra autora utilizada para dar entendimento a questão a partir de sua leitura é a autora Rachel Soihet. Esta autora traça um perfil detalhado sobre a mulher pobre em seu trabalho "Mulheres pobres e violência no Brasil urbano". Um outro texto da mesma autora "Pisando no sexo frágil" também foi fundamental para a construção de nosso pensamento a respeito do assunto.

Conclusão

Á partir da leitura dos trabalhos das duas autoras citadas acima e também da análise de nossa fonte primária que está calcada na catalogação de Processos Crimes de Taubaté, concluímos que a sociedade taubateana em nada se diferencia de outras cidades brasileiras, não localizamos em nenhum documento algo que mencionasse a violência contra a mulher de classe alta e isso já era esperado uma vez que nesse meio, a fim de manter as aparências essa violência não vazava do núcleo doméstico

Agradecimentos

Agradecemos a FAPESP pelo apoio concedido para a viabilização dessa pesquisa e à UNIVAP pela bolsa de Iniciação Científica (PIBIC)

Referências Bibliográficas:

PAPALI, Maria Aparecida C.R. Escravos, Libertos e Órfãos: a construção da liberdade em Taubaté. São Paulo: Anablume, 2003.

[1] SOTO, Maria Cristina Martinez, Pobreza e conflito: Taubaté 1860 –1935. São Paulo: Annablume, 2002.

[2] SOIHET, Rachel, Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. São Paulo: Contexto, 1997.